



Prevenir Violências de Gênero
Experiências e aprendizados na América
Latina e no Caribe hispânico
(2010-2020)

Um olhar sobre o tema das interseccionalidades

ANA PAULA PORTELLA
AGOSTO DE 2022



**Iniciativa
Spotlight**



CISCSA
CIUDADES FEMINISTAS



Esta é uma iniciativa impulsionada pelo Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA, no âmbito da Iniciativa Spotlight, uma aliança global da União Europeia e das Nações Unidas que busca eliminar a violência contra mulheres e meninas em todo o mundo. Na América Latina, a Iniciativa Spotlight é implementada por ONU Mulheres, PNUD e UNFPA, com participação ativa de mecanismos intergovernamentais, organizações da sociedade civil e outras agências do Sistema das Nações Unidas.





PREVENIR VIOLÊNCIAS DE GÊNERO:

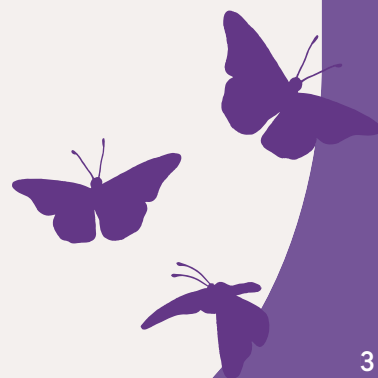
Experiências e aprendizagens na
América latina e Caribe espanhol
(2010-2020)

POLICY BRIEF

Um olhar sobre o tema
das interseccionalidades

Consultora: ANA PAULA PORTELLA

AGOSTO DE 2022



Este documento tem o objetivo de sintetizar os achados do estudo “Prevenir Violências de Género: Experiências e Aprendizagens na América Latina e Caribe Espanhol (2010–2020)”¹, no que se refere especificamente à questão da interseccionalidade, sugerindo recomendações para a incorporação desta abordagem em projetos, programas e políticas de prevenção das violências de género. Para isso, tomou-se como base, além de literatura específica sobre o tema, o documento final do estudo, do qual foram extraídas e reelaboradas partes do texto, indicadas abaixo como “Informe final, 2022”.

O levantamento é parte da Iniciativa Spotlight, coordenada por UNFPA-LACRO, e teve o objetivo de identificar, sistematizar e analisar experiências de prevenção das VBG na região. Tratou-se de uma iniciativa consultiva, implementada por CISCESA Ciudades Feministas (Argentina) e La Colectiva Feminista para el Desarrollo Local (El Salvador), que contou com a participação dos sujeitos das experiências e com o apoio de redes feministas da região, para tornar visível avanços, obstáculos e ausências nos projetos e programas estudados. Foram identificadas 668 experiências, cujas informações disponíveis publicamente foram analisadas a partir de uma abordagem qualitativa e exploratória (Informe final, 2022).

O estudo mapeou e georreferenciou essas experiências, produzindo evidências sobre estratégias, obstáculos e facilitadores da prevenção das violências baseadas no género (VBG) e identificando iniciativas promissoras, especialmente no que se refere à capacidade de transformação de imaginários, práticas e estereótipos sexistas, de alcance de maiores níveis de equidade e de assistência e acompanhamento a mulheres em situações de violência. Para a avaliação das experiências foram considerados aspectos referentes à compreensão dos fatores que acionam os processos de mudança para a prevenção da violência – como, por exemplo, a ênfase na dimensão individual, coletiva ou em ambas. Além disso, também foram observadas a diversidade de atores envolvidos nas ações, a inclusão de violências e contextos específicos (como migração, cartéis, narcotráfico, refúgio etc.) e as diferentes escalas temporais e territoriais de execução das ações (Informe final, 2022).

Para a identificação dos aspectos promissores das experiências, foram utilizados cinco indicadores, entre os quais está a adoção do enfoque da integralidade e da interseccionalidade, descrito como a utilização de abordagens situadas e desenhos flexíveis na formulação das ações e de um enfoque das VBG que considere as diferentes intersecções dos sistemas de opressão a partir da perspectiva dos sujeitos. Os demais indicadores voltam-se para os temas da consistência e sustentabilidade, impacto, inovação e participação e mobilização comunitária, mas este documento se atém apenas ao indicador de interseccionalidade (Informe final, 2022).

Os resultados do estudo possibilitam a aproximação da multiplicidade de enfoques presentes nas ações desenvolvidas na região, se constituindo também em importante insumo para o debate político. Espera-se que permita a construção de marcos mais dinâmicos e simultaneamente inovadores e justos com a genealogia de interpretação das violências que os antecede, mantendo um foco permanente sobre as evidências, de modo a transformar as condições de persistência das VBG (Informe final, 2022).

Não obstante, apesar das evidências cada vez mais sólidas sobre a natureza interseccional das VBGs, poucas experiências utilizam essa abordagem em suas in-

¹CISCESA & La Colectiva Feminista para el Desarrollo Local. Prevenir Violências de Género: Experiências e Aprendizagens na América Latina e Caribe Espanhol (2010–2020). Córdoba/El Salvador: UNFPA, Lacro, 2022.

tervenções, o que se constitui em um fator limitante para a eficácia das ações de prevenção. É por esta razão que elaboramos este policy paper específico, com a intenção de argumentar sobre a importância da adoção do enfoque da interseccionalidade para a prevenção das VBG. A abordagem da interseccionalidade permite captar potencializações e ampliações das vulnerabilidades à violência, reorientando programas e projetos para enfrentamentos mais eficazes. Permite ainda reconhecer os impactos diferenciados das violências nas vidas de diferentes grupos de mulheres e dissidentes sexuais, abordando integralmente as causas da subordinação. Há, portanto, uma importante dimensão política na abordagem da interseccionalidade, que, por isso, deve ser considerada como perspectiva analítica, teórica e como motor da ação política.

MARCO CONCEITUAL E CONTEXTO

As violências de gênero são um fenômeno complexo, sensível e multideterminado, que, apesar de ser um efeito direto da cultura patriarcal que molda a nossa sociedade e atinge todas as mulheres e dissidências sexuais, se expressa de forma distinta em diferentes grupos populacionais. É verdade que todas as mulheres e dissidentes sexuais estão expostas à violência masculina, mas não é verdade que estão expostas aos mesmos tipos nem muito menos à mesma intensidade, frequência ou grau de severidade dos episódios de violência. Ainda estamos muito longe de uma caracterização precisa e exaustiva das violências de gênero, mas já se sabe que o acesso a certos recursos materiais e simbólicos – como escolaridade, informação, renda própria e redes de proteção e apoio, por exemplo – é o que possibilita que muitas mulheres saiam das situações violentas antes que se tornem muito danosas ou fatais. Sabe-se, ainda, que determinadas condições de urbanização – como iluminação, ocupação de áreas vazias e degradadas, transporte coletivo seguro, uso misto das quadras, entre outras – funcionam como elementos de prevenção da violência sexista e de proteção das vítimas potenciais. Desigualdades no acesso a esses recursos e condições, portanto, irão determinar o tipo, a frequência e a intensidade da violência sofrida pelas mulheres, ainda que todas estejam imersas na mesma sociedade, orientada pelos mesmos valores e normas patriarcais (Portella, 2019; 110)².

As VBG podem ser entendidas como um fenômeno social plástico, que se atualiza de acordo com as mudanças sociais mais amplas, inclusive e principalmente aquelas que se dão em contextos conflituos, como a criminalidade e os ambientes de luta política, como as agrárias e indígenas, por exemplo. Hoje, a violência doméstica continua a ser uma ameaça para boa parte das mulheres, mas elas também enfrentam assédios e abusos em diferentes ambientes do espaço público, estão expostas à violência digital e à violência política e são cruelmente vitimadas por gangues e cartéis do mercado de drogas ilícitas. A raiz das VBG está, obviamente, na discriminação de gênero, mas “a interseccionalidade localiza e historiciza o gênero, mostrando como as discriminações de gênero se agudizam em países marcados pela decolonialidade. O legado colonial de desumanização estrutural multiplica violências às mulheres socialmente excluídas” (Ávila et al. 2020; 393)³.

A interseccionalidade é um conceito que busca capturar as consequências estrutu-

² Portella, AP. Para além da violência doméstica: o reconhecimento das situações de feminicídio como imperativo para a eficácia das políticas de prevenção. In: Pasinato, W.; Machado, BA & Ávila, TP. Políticas Públicas de Prevenção à Violência contra as Mulheres. SP/DF: Marcial Pons/Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, 2019. Pp. 109-134.

³ Ávila, TP et al. Políticas Públicas de Prevenção ao Feminicídio e Interseccionalidades. Revista Brasileira de Políticas Públicas, Brasília, v.10, n.2, p.375-407, 2020.

rais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação, tratando da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Crenshaw, 2002 apud Sousa et al. 2020: 374)⁴.

Nas últimas décadas, os debates sobre as VBG passaram a reconhecer essa complexidade e diversidade, graças à afirmação das identidades de mulheres indígenas e afrodescendentes, que trouxeram à luz as violências específicas que vivenciam, ressaltando a interseccionalidade das VBG com as violências marcadas pelo pertencimento étnico-racial, a classe social, a idade etc. e confluindo com os questionamentos à heteronormatividade colocados por lésbicas, travestis e pessoas trans (Informe final, 2022).

Na América Latina e no Caribe, a segunda geração das leis de violência contra as mulheres incorporam a perspectiva interseccional ao tipificar diferentes expressões de violência, reconhecendo que são perpetradas nos espaços público e privado e de forma articulada a outras formas de violência, como aquelas que ocorrem nos novos contextos de criminalidade. Além disso, consideram as mulheres em sua diversidade, reconhecendo suas vulnerabilidades específicas à violência. Finalmente, reconhecem a responsabilidade do Estado, por ação e omissão, na produção da violência (e, portanto, no seu enfrentamento) e enfatizam a importância da atenção integral às vítimas e seu entorno por meio de medidas de prevenção, atenção, sanção e reparação (OEA, 2017)⁵. Assim, recomenda-se que os Mecanismos de Políticas para as Mulheres orientem e coordenem políticas e programas necessariamente intersetoriais e baseados na perspectiva interseccional (Informe final, 2022).

A concentração das VBG, especialmente as mais graves, nos contextos de periferia aponta para a clara interseção entre gênero, raça e classe na produção de uma condição de sofrimento e ‘matabilidade’ que tem sido naturalizada para grandes contingentes da população em nossa região (Sousa et al., 2020)⁶. Tem sido muitos os esforços para compreender e tentar captar a complexidade dessas dinâmicas violentas e o modo de entrelaçamento perverso destes marcadores sociais. Segato (2014)⁷ e Sagot (2013)⁸ são duas autoras que propõem a utilização de novas categorias explicativas para o problema, a partir de uma perspectiva interseccional. Segato denomina de “femi-geno-cídio” as violências que emergem da relação entre violência contra mulheres e violência urbana, que talvez seja o campo que melhor expressa os modos de operação da interseccionalidade na produção de violências cada vez mais cruéis e espetacularizadas. Sagot sugere a noção de necropolítica de gênero para tratar de “um sistema de discursos e práticas indutores da letalidade dos corpos marginalizados, mediante a construção de um regime de terror que “decreta” (...) a pena de morte para algumas mulheres” (Sousa et al., 2020: 377)⁹, justamente aquelas que acumulam diferentes posições de subordinação na estrutura social.

A noção de interseccionalidade, portanto, chama a atenção para a multidimensionalidade e complexidade das violências, que resultam de dinâmicas de poder legi-

⁴ Sousa, IS; Nunes, LF; Barros, JPP. Interseccionalidade, femi-geno-cídio e necropolítica: mortes de mulheres nas dinâmicas da violência no Ceará. *Psicología Política*. V.20, n.48, pp.370-384, 2020.

⁵ Organización de Estados Americanos. Mecanismo de Seguimiento de la Convención Belém Do Pará (MESECVI). (2017). Tercer Informe Hemisférico sobre la Implementación de la Convención Belem Do Pará. Prevención de Violencia contra las Mujeres en las Américas. Caminos por Recorrer.

⁶ op. cit.

⁷ Segato, R. L., (2014). Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. *Sociedade e Estado*, 29(2), 341-371

⁸ Sagot, M. (2013, jul.). El feminicidio como necropolítica en Centroamérica. *Labrys, études féministes*. Recuperado de <https://www.labrys.net.br/labrys24/feminicide/monserat.htm>

⁹ op. cit.

timadas social e culturalmente e se expressam fortemente contra todas as pessoas que não correspondem às normas de gênero. No contexto da colonialidade as relações entre gênero e raça são de tal modo rearticuladas que parece mais adequado falar na categoria conjunta gênero-raça, para expressar a construção racializada do gênero, que favorece a violência contra mulheres negras e indígenas (Ávila et al, 2020)¹⁰ – que, ademais, acumulam a situação de pobreza como mais um fator de desigualdade potencializador da vulnerabilidade às violências.

O enfoque da interseccionalidade permite a proposição de ações de prevenção das VBG, a partir de uma compreensão complexa das mesmas, que situe as mulheres em sua diversidade, condições e opressões específicas e que assuma a necessidade de modificar as causas estruturais, promovendo simultânea e integralmente medidas de curto, médio e longo prazo, cujo resultado seja uma transformação tangível das normas sociais, do discurso público e das relações de poder entre os gêneros. Estas ações devem basear-se em enfoques integrais e holísticos, integrando os homens às políticas para promover condutas não violentas e uma menor tolerância social frente às VBGs (Informe final, 2022).

Para a implementação de ações baseadas neste enfoque, deve-se enfrentar um duplo desafio. O primeiro é metodológico e refere-se aos modos de integração da interseccionalidade à definição de VBG para evitar soluções universais e homogeneizantes para mulheres e situações diversas. O segundo é político e refere-se à necessidade de harmonização dos marcos jurídicos de prevenção e sanção das violências e à garantia de orçamento para a execução das políticas (Informe final, 2022).

O QUE NÃO FUNCIONA

O não reconhecimento da interseccionalidade entre os diferentes sistemas de opressão como base para a ampliação e o agravamento da vulnerabilidade de determinados grupos às VBGs é um dos fatores identificados pelo estudo que afeta negativamente a eficácia preventiva das iniciativas. Assim, trabalha-se com conceitos genéricos de VBG que, teoricamente, atingiriam todas as mulheres da mesma forma e, por isso, admite-se que as ações preventivas devem se dirigir a toda a população feminina de forma homogênea. Sendo um fenômeno universal, as intervenções preventivas deveriam também ter uma natureza universal. Com isso, as especificidades das violências reais vivenciadas pelas mulheres reais nos mais diferentes contextos não são reconhecidas e não são enfrentadas e este tipo de intervenção termina por colaborar com a perpetuação do problema.

Boa parte das legislações e políticas públicas implementadas na América Latina e no Caribe baseiam-se na premissa da universalidade da violência contra as mulheres, assumindo – implícita ou explicitamente – o foco exclusivo na violência doméstica. É verdade que a violência doméstica pode ser tomada como um problema universal, que pode atingir toda e qualquer mulher. Mas mesmo essa modalidade de violência sofre alterações importantes a depender dos contextos em que vivem as mulheres, que podem favorecer ou obstaculizar a ocorrência das agressões, o seu agravamento e a possibilidades de saída do ciclo da violência. Além disso, determinados contextos agregam outras violências à doméstica, potencializando imensamente os riscos de

¹⁰ op. cit.

adoecimento e morte para as mulheres e reduzindo de forma drástica seu acesso a direitos e serviços, com forte impacto sobre seu bem-estar e projetos de vida futura. Ao excluir do foco a compreensão destes contextos e dinâmicas, ignorando a perspectiva interseccional, as políticas públicas terminam por favorecer determinados grupos de mulheres em detrimento de outros. Não por acaso, as favorecidas tem sido as mulheres brancas de maior poder aquisitivo e as desfavorecidas continuam a ser as negras, indígenas, periféricas e dissidentes sexuais, como demonstram, por exemplo, as avaliações do impacto da Lei Maria da Penha no Brasil (Cerqueira, 2015)¹¹.

De maneira geral, as estratégias de intervenção avaliadas neste estudo não priorizam a intersectorialidade nem a interseccionalidade. Quando existente, o foco sobre grupos vulneráveis é limitado, sem articulação analítica ou programática entre os diferentes sistemas de opressão. Poucos países estabeleceram mecanismos institucionais e políticas públicas específicas integrando de forma articulada e intersectorial os enfoques de gênero, raça ou interculturalidade e condição socioeconômica. Também é patente a desconexão das VBG com o problema da criminalidade e dos conflitos políticos, assim como a ausência de protocolos específicos voltados para as expressões das VBG em outras áreas de políticas públicas, para além das políticas para mulheres.

A maior parte das políticas e iniciativas de prevenção das VBG são parte de políticas gerais de enfrentamento das violências, focadas principalmente na assistência a vítimas e formuladas sem o apoio de diagnósticos prévios que caracterizem as violências sofridas pela população à qual as políticas e programas se dirigem. As abordagens descontextualizadas das hierarquias de gênero, que desconsideram suas particularidades históricas e culturais, fornecem a moldura para estas intervenções, geralmente focadas na violência doméstica cometida por parceiro íntimo (Informe final, 2022).

Os raros modelos que se propõem a ser integrais também estão restritos a serviços de atenção e proteção a vítimas que incluem ações de fortalecimento da autonomia pessoal e econômica, ou seja, situam-se no nível da prevenção secundária e terciária, como é o caso do Projeto Ciudad Mujer, desenvolvido pelo Instituto Salvadoreño para el Desarrollo de la Mujer, em El Salvador, com o apoio do BID. Mas são programas que padecem de ausência de sistematização e insuficiência de recursos financeiros e as ações assistenciais ainda são priorizadas diante das ações de prevenção.

O QUE FUNCIONA

As perspectivas interseccionais abordam as relações entre os sistemas heteropatriarcal, racista e capitalista e o continuum de violências que produzem. Seu ponto de partida são os sentidos, linguagens e culturas dos grupos específicos com quem se trabalha, considerando-se a caracterização territorial e integrando os efeitos decorrentes dos diferentes aspectos que constituem as identidades das mulheres. As iniciativas são construídas a partir da análise e do desenvolvimento de uma lógica de ação interna, que não é imposta aos atores, mas lhes interpela (Informe final, 2022).

Assim, o sentido da interseccionalidade está na observação dos contextos para a identificação das condições presentes na vida de uma determinada mulher ou grupo



social e que, articuladas a determinados aspectos de sua identidade (como raça ou orientação sexual, por exemplo), lhe fazem mais ou menos vulnerável a diferentes tipos de violência. Não se trata, portanto, de atributos da pessoa – nem exclusiva nem principalmente –, daí a necessidade dos diagnósticos de contexto. E quanto mais “locais”, mas precisas serão as informações. E quanto mais precisas as informações, maior a possibilidade de se desenhar ações adequadas às necessidades dos sujeitos e, portanto, com maior potencial preventivo.

Nesta abordagem, a compreensão das violências baseia-se na análise ampliada das VBG, de seu alcance e modalidades, iluminando contextos pouco visíveis e/ou ancorados em condições estruturais nas comunidades, instituições ou grupos sociais. É uma análise que vincula e compreende as intersecções entre as VBG e outras violências. O reconhecimento dos contextos específicos em que vivem as populações de interesse, da interdependência entre as opressões dos diferentes sistemas e dos seus efeitos diferenciais sobre populações distintas evidenciam a vulnerabilidade produzida pelas múltiplas opressões e pelos contextos favorecedores de violências e obstaculizadores do acesso a direitos.

Ainda que não seja possível apontar experiências em que o enfoque da interseccionalidade foi inteiramente adotado, alguns elementos favorecedores da interseccionalidade puderam ser identificados em algumas ações.

Assim, ações de promoção da autonomia econômica, da participação política e da educação sexual integral têm o potencial de alterar positivamente fatores que ampliam a vulnerabilidade das mulheres à violência, reduzindo sua dependência diante dos homens e possibilitando-lhes a construção de novos modos de vida pessoal e coletivo. Também devem ser incluídas nesse plano iniciativas de elevação dos níveis de escolaridade das mulheres, mudanças nos territórios de moradia em direção à constituição de cidades seguras com políticas urbanas integradas e proteção social para as mulheres e, ainda, mudanças institucionais e empresariais a partir de protocolos específicos para coibir abusos em espaços de trabalho e espaços públicos. São iniciativas que nem sempre dirigem diretamente às violências, mas, sim, a determinadas condições sociais que ampliam o risco de determinadas mulheres à violência. Ações voltadas para a equidade econômica e para a criação de alternativas públicas para a realização do trabalho reprodutivo já partem do reconhecimento de que a pobreza

é um marcador social que afeta a forma como as mulheres vivenciam a violência, tornando-as mais vulneráveis.

O processo organizativo das redes e organizações feministas pode ser tomado, em si mesmo, como uma estratégia de prevenção de recorte interseccional, pois concatenam ações de diferentes tipos que instauram o debate público sobre o direito a viver livre de violências. O foco na sororidade e no autocuidado e a articulação entre diferentes populações são um reconhecimento prático e político da interseccionalidade. As estratégias multiatores e de fortalecimento de redes e articulações, portanto, visibilizam as especificidades dos contextos, permitindo o olhar interseccional. São exemplos de experiências desse tipo aquelas desenvolvidas pela Asociación de Mujeres de Juntas Parroquiales Rurales del Ecuador, a Rede de Mulheres Negras do Nordeste do Brasil e o projeto Mujeres Indigenas – Mi Ciudad, mi Espacio: Respuestas Locales frente a la Violencia y la Discriminación, desenvolvido na Amazonia peruana.

Capacitações são processos que apresentam um grande potencial para tratar da interseccionalidade do ponto de vista teórico, político e estratégico, se colocarem o foco sobre a necessidade de produzir conhecimento situado com base nos territórios onde vivem as mulheres, de modo a identificar formas específicas de expressão das violências de gênero e de atuação do gênero nas diferentes violências existentes em cada território ou população específica. Podem se constituir ainda em espaço de experimentação para a elaboração de propostas inovadoras de prevenção das VBG. O Curso de Capacitação de Defensoras e Defensores de Direitos à Cidadania, desenvolvido no Brasil pelo Instituto Maria da Penha, e os Cursos sobre Estratégias contra la Violencia, realizado na Nicarágua pelo Grupo Venancia Comunicacion y Educación Popular Feminista, são exemplos promissores dessa linha de ação.

Ações territoriais e locais, em geral, operam com um olhar interseccional, desde que levem em conta os fatores estruturais de produção e agravamento das violências e a articulação entre as VBG e outras violências presentes no território. Entre as experiências estudadas, destaca-se aqui os projetos locais Mujeres Activando, da Argentina, e Promoviendo los Derechos de Mujeres y Jovenes em los Municipios de Tecoluca y Zacatecoluca, implementado pela Asociación Fundación para la Cooperación y el Desarrollo Comunal de El Salvador. O primeiro é urbano e desenvolve-se em um bairro de Buenos Aires e o segundo volta-se para comunidades rurais e, de diferentes maneiras, propõem-se a tratar da questão da prevenção da violência a partir das necessidades específicas das mulheres que vivem nestas localidades.

Entre as experiências analisadas, o enfoque interseccional esteve mais presente em áreas rurais, possivelmente porque se supõe (erroneamente, como já mencionado) que as áreas urbanas são mais homogêneas e, por isso, admitem intervenções universalizantes. São projetos desenhados de baixo para cima, a partir das necessidades da comunidade, que atuam em escala pequena e limitada e, também por isso, apresentam resultados mais promissores. O plano da comunidade permite interações pessoais, o envolvimento de múltiplos atores, a identificação dos processos de construção das normas sociais que se quer modificar, a vinculação com serviços de apoio e a incidência em governos locais. Além disso, podem ter um efeito multiplicador para outras áreas semelhantes. O projeto Ejercicio de Derechos de las Mujeres Adultas Mayores Víctimas de Violencia, desde un Enfoque de Género (2016-2018) en dos Regio-



nes del Perú: Ayacucho e Huánuco ilustra bem as potencialidades desta estratégia (Informe final, 2022).

O enfoque interseccional, portanto, reconhece e aborda a diversidade de realidades que impactam de modo diferencial as mulheres e dissidências sexuais. As ações devem partir de diagnósticos locais, contextualizando a situação de grupos particulares de mulheres, reconhecendo suas necessidades e valorizando suas estratégias de resistência e resiliência individuais e coletivas. É o que permite a transformação do paradigma de respostas universalizantes para as mulheres, superando o assistencialismo e as barreiras de acesso a direitos e serviços e fomentando novas práticas sociais a partir do aprendizado com as concepções, condições sociais e cosmovisões destas populações (Informe final, 2022).

RECOMENDAÇÕES

A análise dos resultados da pesquisa permite apontar algumas recomendações para a adoção do enfoque da interseccionalidade em projetos, programas e políticas públicas. Estas recomendações devem ser tomadas como sugestões para o aprofundamento e desdobramento do debate sobre o tema da prevenção das VBG.

Para começar, a interseccionalidade não deve ser tomada apenas como um olhar diferenciado sobre a realidade, mas também como uma categoria de análise política, que demanda das intervenções da sociedade e do Estado a consideração da situação de precarização maximizada vivenciada por determinados grupos sociais (racializados, feminizados, periferizados e desumanizados) (Sousa et al. 2020). O ponto de partida das ações deve se ancorar nas experiências e cosmovisões das mulheres e dissidentes sexuais a quem se dirigem os programas e projetos, privilegiando-se a articulação política entre grupos e redes em seu desenvolvimento e implementação.

Intervenções baseadas na perspectiva interseccional, portanto, devem priorizar os grupos mais vulneráveis, que estão em maior risco de sofrer VBG e outras violências, especialmente em suas formas mais graves.

O perfil de classe das vítimas de violência grave e dos feminicídios demonstra, por exemplo, que escolaridade alta, profissionalização e renda alta são elementos que efetivamente previnem a violência letal. Políticas de promoção da escolaridade e de emprego e renda direcionadas para grupos mais expostos às VBG, portanto, podem colaborar de forma efetiva para a prevenção.

A aplicação articulada do enfoque interseccional com os enfoques de gênero e direitos humanos garante maior eficácia porque identificam situações importantes de VBG que nem sempre são reconhecidas. O enfoque de gênero permite visibilizar as desigualdades de poder entre os gêneros, explicitando suas causas estruturais e questionando a masculinidade hegemônica para transformar as condições que produzem as violências. O enfoque de DH traz a concepção das mulheres como sujeitos de direitos e não como beneficiárias de serviços, ao mesmo tempo que compreende o Estado como responsável pela garantia desses direitos (Informe final, 2022).

A adoção de um enfoque interseccional nas políticas públicas requer a articulação entre as diferentes de áreas setoriais do governo, entre todos os níveis de governo e entre a sociedade civil e as instâncias governamentais para se alcançar as metas co-



muns de prevenção das VBG e das desigualdades sociais que a produzem. Interseccionalidade, integralidade e intersectorialidade, portanto, devem andar juntas quando se trata de políticas e ações governamentais. A natureza complexa do problema e o reconhecimento das suas múltiplas causas e consequências exigem, para o seu enfrentamento, abordagens integradas em diferentes campos de políticas públicas, com a adoção de estratégias preventivas de diferentes níveis.

Do ponto de vista da prevenção, a consideração dos fatores estruturais que determinam a VBG e o foco territorial das ações são os elementos mais importantes para se garantir a perspectiva interseccional nos programas e projetos. Assim, os diagnósticos locais são essenciais para a construção da perspectiva da interseccionalidade nas intervenções, pois permitem identificar como o gênero opera nas diferentes manifestações da violência em territórios determinados, em interação com outras dimensões da posição dos sujeitos, que podem ampliar ou reduzir sua vulnerabilidade em relação a formas específicas de violência.

O foco local é essencial para se alcançar eficácia nas ações de prevenção. Projetos e programas de maior abrangência territorial devem ser articulados ou compostos por ações locais. Os programas e políticas devem focar em territórios delimitados para identificar as violências sofridas por grupos específicos, construindo ações direcionadas para elas, com foco sobre suas causas e determinantes locais.

As informações e análises produzidas no nível local devem alimentar sistemas de informação abertos e colaborativos, que facilitem processos de sistematização, avaliação e multiplicação das experiências, baseados na construção de critérios e indicadores adequados às realidades locais.

Entre os muitos desafios a serem enfrentados para a incorporação das perspectivas interseccionais, está a necessidade de tratar os homens como agentes prioritários a serem modificados e tratar a interseccionalidade também do ponto de vista dos homens.

É importante também mudar a retórica, porque ela implica em um redirecionamento das ações: não se trata de incluir homens em políticas de gênero, como se essas fossem apenas pensadas para as mulheres. Uma política voltada para a prevenção das VBG deve necessariamente ter um duplo foco: na vítima, que pede medidas urgentes para que não morra, e no agressor, que é o agente responsável pela cessação da violência. A urgência da defesa da vítima e a ânsia por justiça obscureceram o óbvio: o fim da violência depende do homem e a ele devem ser dirigidas ações específicas para a mudança de valores e condutas, no plano individual e coletivo. Os homens são os agentes da violência, logo, a principal mudança de comportamento requerida para a prevenção da VBG deve partir deles.

No nível macrosocial, importa transformar normas e valores patriarcais e os padrões de tolerância e aceitação da violência masculina, mas essa transformação também depende da mudança nas práticas violentas protagonizadas pelos homens, que requerem intervenções no plano microssocial. A articulação entre os planos macro e microssocial, portanto, também é requisito para a implementação de abordagens interseccionais e isso deve se dar no plano da análise e da intervenção.





 prevenir.vbg

 @prevenirvbg

 @PrevenirVbg

prevenirvbg@gmail.com

www.prevenirviolenciasdegenerolac.org



**Iniciativa
Spotlight**



Esta é uma iniciativa impulsionada pelo Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA, no âmbito da Iniciativa Spotlight, uma aliança global da União Europeia e das Nações Unidas que busca eliminar a violência contra mulheres e meninas em todo o mundo. Na América Latina, a Iniciativa Spotlight é implementada por ONU Mulheres, PNUD e UNFPA, com participação ativa de mecanismos intergovernamentais, organizações da sociedade civil e outras agências do Sistema das Nações Unidas.



CISCSA
CIUDADES FEMINISTAS

CISCSA Ciudades feministas

ciscsa@ciscsa.org.ar

<https://www.ciscsa.org.ar/>

Córdoba, Argentina



Colectiva Feminista para el desarrollo local

asociacioncolectivafeminista@gmail.com

<https://colectivafeminista.org.sv/>

El Salvador, El Salvador